

O preço da insegurança



O morador da Estrutural Danilo Barbosa, 27 anos, tem o ensino médio completo. Está há nove meses desempregado. A aproximação da Copa do Mundo de 2014, competição em que Brasília será uma das sedes, o encheu de esperança para conseguir um trabalho. Tanto que investe na formação de vigilante profissional e, mais além, fará cursos de imobilização e de brigadista. “O mercado de segurança privada já é bom em Brasília por causa dos eventos. Com a Copa, a demanda vai aumentar ainda mais em lojas, shoppings e hotéis”, avalia.

O futuro vigia Danilo em parte tem razão. O setor está em ascensão no Distrito Federal há mais de uma década. Impulsionado pela alto poder aquisitivo da população, o crescimento dos números gerais da violência urbana e a expectativa da chegada de grandes eventos, o mercado acumula sucessivos aumentos na procura das mais diversas opções de equipamentos de proteção pessoal e patrimonial. Levantamento feito pelo Correio revela expansão nas áreas de vigilância profissional, segurança elétrica e blindagem de veículos. A avaliação individual de cada segmento privado dá a dimensão da força do mercado candango.

Um dos que mais se expande é o de segurança patrimonial. O número de vigilantes cadastrados pela Polícia Federal saltou de 64.611 em 2008 para 92.424 em 2009 — o aumento é de 43%. O responsável pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal, delegado Rodrigo Ziembowicz, acredita que o

acréscimo se deve à sensação de insegurança — devido a maior divulgação pela mídia de crimes ocorridos pelo país — e ao arrocho da fiscalização nos últimos dois anos.

Segundo Ziembowicz, depois que a Polícia Federal iniciou a Operação Varredura as multas por infrações ao Estatuto da Segurança Privada pularam de R\$ 12 milhões para R\$ 20 milhões por ano. “As operações ocorrem em sistema de rodízio. Cada vez que é colocada em prática, conta com um delegado de cada unidade da Federação”, explicou. A última operação feita no DF foi em agosto. A Delesp fiscalizou 500 estabelecimentos comerciais e aplicou 99 autos de infração porque havia segurança privada clandestina.

Para ser vigilante profissional, o interessado precisa ser aprovado em um curso credenciado e ter o certificado homologado pela Polícia Federal. No mercado desde 2006, a Atenas é uma das escolas autorizadas a formar novos profissionais. O diretor de Ensino da empresa, Anderson Silvério Vasconcelos, viu a procura pelo curso aumentar em 60% nos últimos dois anos. “É uma combinação de fatores: o crescimento da violência é um deles. O outro é a alta renda do brasileiro, que permite a contratação da vigilância patrimonial e, além disso, as empresas estão exigindo pessoal qualificado”.

Atualmente, a escola conta com duas turmas, com 30 alunos cada. Além de aulas teóricas, os candidatos aprendem técnicas de defesa pessoal e como usar equipamentos não letais. A recepcionista Cristina Pereira de Oliveira, 23, se prepara para ser vigilante. A inspiração veio do sucesso de quatro familiares, todos empregados. Para ela, a profissão é uma esperança de melhora de vida. “Tem muita discriminação. As pessoas olham para mim e dizem: ‘Você, vigilante, magrelinha desse jeito?’. Elas não sabem que peso e altura são o que menos importa. Você precisa ter qualificação”, ensina.

Parte da mão de obra se aproveita na segurança de residências de endereços nobres do DF. A Soberana Segurança e Vigilância cobra até R\$ 13,5 mil mensais pela manutenção de um posto 24 horas. Apesar do valor, a demanda cresce a cada ano. A empresa atendeu 22 mansões em 2008. E 32 até

novembro de 2009. “Neste ano, o número deve ser ainda maior, pois nem chegou dezembro e a época de recesso”, afirma o dono da Soberana, Irenaldo Pereira Lima, também diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica e Cursos de Formação (Sindesp-DF).

Bem acima da média O presidente do Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Distrito Federal (Siese-DF), Augustus von Sperling, afirmou que o segmento se desenvolve no DF acima da média nacional. “A média no país cresce em 13%, mas aqui chega a 25% (leia arte). A renda per capita elevada e o aumento dos crimes aparecem como os principais motivos disso”, avalia. Segundo ele, existem hoje 400 empresas especializadas em instalação de circuito fechado de vídeo, alarmes monitorados, cercas eletrificadas e portões e catracas eletrônicas. Há 10 anos, não passavam de 60.

Uma dificuldade enfrentada pelo setor, no entanto, passa pelo cadastramento junto à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Apenas 30 lojas estão credenciadas a oferecer o serviço na capital do país. O restante também deveria seguir as especificações da Lei Distrital nº 3.914, de 2006. Além da obrigatoriedade do registro junto ao órgão do DF, a norma determina levantamentos da vida pregressa dos futuros funcionários e da identificação da origem lícita dos aparelhos eletrônicos. Se todas seguissem as regras, falhas ou limitações dos equipamentos seriam evitadas.

Tais deficiências podem ser decisivas em uma investigação policial. No caso do triplo homicídio ocorrido na 113 Sul, as câmeras de vídeo instaladas no Bloco C não ajudaram a polícia a identificar os assassinos dos advogados José Guilherme Villela, 73 anos, e Maria Carvalho Mendes Villela, 69; e a principal empregada da família, Francisca Nascimento da Silva, 58. O modelo não tinha capacidade de gravação. Só filmagem. O crime ocorreu em 28 de agosto e pouco se esclareceu. O condomínio do prédio trocou o sistema por um mais sofisticado cerca de um mês após os assassinatos. Fonte: Correio brasileiro.